

AUTOR

Pere Petit*

petitpere@
hotmail.com

* Doutor em História
Econômica pela
Universidade de São
Paulo; professor
Associado na
Universidade Federal do
Pará

O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985

El golpe civil-militar, la dictadura y las disputas políticas en el Estado de Pará: 1964-1985

*The civil-military coup, dictatorship and political disputes in the Estado do Pará:
1964-1985*

RESUMO

Na perspectiva metodológica dos estudos de história local e regional e dialogando com a produção historiográfica nacional, este artigo tem como objetivo contribuir ao conhecimento da história política do Estado Pará durante e após o golpe civil-militar de 1964, até o fim da ditadura militar no Brasil (1985). Examinamos, preferencialmente, a participação dos militares e o apoio de setores da sociedade civil ao golpe militar, a repressão que sofreram estudantes, sindicalistas e organizações de esquerda e "populistas" paraenses, e as disputas entre algumas lideranças político-militares pelo controle das principais instituições político-administrativas no Pará e pelo comando do "partido no poder" (ARENA).

RESUMEN

En perspectiva metodológica de la historia local e historia regional y dialogando con la producción historiográfica nacional, este artículo tiene como objetivo contribuir al conocimiento de la historia política del Estado de Pará, durante y después del golpe cívico-militar de 1964 hasta el final de la dictadura militar en el Brasil (1985). Examinado, especialmente, la participación de los militares y el apoyo de sectores de la sociedad civil al golpe militar, la represión que sufrieron los estudiantes, sindicalistas y organizaciones políticas de izquierda y "populistas" paraenses y las disputas entre algunos líderes político-militares por el control de las principales instituciones políticas y administrativas en el Pará y por el liderazgo en el "partido en el poder" (ARENA).

ABSTRACT

In methodological perspective of local and regional history studies that dialogues the with national historiography, this article aims to contribute to the knowledge of the political history of Pará State during and after the civil-military coup of 1964 to the end of military dictatorship in Brazil (1985). It was examined, preferably, the participation of the military and the support given by sectors of the civil society to the military coup, the repression suffered by students, trade unionists and leftist political organizations and "populist" from Pará, and the disputes among some political-military leaders for control of the main political and administrative institutions in Pará and the disputes for the leadership in the "party in power" (ARENA).

1. Introdução

Nos últimos anos, especialmente em 2014, lembrando os 50 anos do golpe de Estado de 1964 no Brasil, foram publicados diversos livros e coletâneas de artigos nos quais, alguns autores, sobretudo historiadores, cientistas políticos e sociólogos, refletiam sobre o regime autoritário-militar instaurado em abril de 1964 e que perduraria até março de 1985, quando um civil, José Sarney, assumiu a Presidência da República.

Existe pouca polarização entre a maioria dos pesquisadores em definir o golpe de 1964 como civil-militar, como afirma o historiador Carlos Fico: “Por que o golpe foi civil-militar? Por que houve apoio da sociedade? Não. Apoio houve, mas não é por isso que o golpe foi civil-militar. Foi civil-militar por que os civis deram o golpe também” (2013:469). Certamente, por mais que seja inegável o protagonismo da cúpula das Forças Armadas, sobretudo do Exército, no golpe e na consolidação do novo regime, a fácil vitória dos militares golpistas seria impensável sem a participação de setores da sociedade civil liderados por alguns governadores, parlamentares, empresários, fazendeiros e, entre outras pessoas e instituições, pela maioria dos membros da hierarquia da Igreja Católica e meios de comunicação de massas, que lutaram durante anos, sobretudo a partir de 1963, contra os reformistas-populistas e a crescente influência na sociedade brasileira dos partidos e organizações de esquerda, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sem desmerecer a importante colaboração econômica, militar e ideológico-cultural do governo dos Estados Unidos aos golpistas no contexto internacional da Guerra Fria e do impacto no continente americano da revolução cubana e, portanto, da disputa político-ideológica entre partidários do sistema capitalista e socialista no mundo.

As principais divergências entre os estudiosos do golpe e a ditadura no Brasil se centram: a) nas análises a respeito das causas sociais, econômicas, político-ideológicas e/ou geopolíticas que provocaram o afastamento de João Goulart da Presidência da República; b) na caracterização das fases, especialmente políticas, nas quais se pretende subdividir os diferentes governos militares até 1985; c) na definição do regime que se instaurou no país a partir de abril de 1964¹.

Alguns pesquisadores, dando continuidade às reflexões de René Dreifuss sobre o golpe de 1964, resultado da “culminância de um movimento civil-militar” (1981:361), optam pela definição de *ditadura civil-militar* para todo o período (1964-1985), ou apenas, como sustenta Daniel Aarão Reis, para os anos de 1964 a 1979, iniciando-se a partir de então, segundo Reis, o processo de transição que culminaria com a aprovação da nova Constituição em 1988. Nesse período (1979-1988) “já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia [...]. O marco cronológico de [1964 a] 1985 estende um denso manto de silêncio sobre as bases sociais e políticas civis da ditadura” (Reis, 2014:125; 128).

Os que preferem usar o conceito de ditadura militar - perspectiva que hoje comparto - enfatizam que foram as Forças Armadas as que controlaram durante 21 anos as principais instituições do Estado brasileiro, além de que “não é o apoio político o que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos na sua configuração” (Fico, 2014:9). Na mesma linha de pensamento o historiador Marcos Napolitano escreve:

[...] não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma “ditadura civil militar” ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder (2014:12).

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura militar;
Brasil; história
política; história
regional

PALABRAS CLAVE

Dictadura militar;
Brasil; historia
política; historia
regional

KEYWORDS

Military
dictatorship;
Brazil; political
history; regional
history

Recibido:
25.05.2015

Aceptado:
01.10.2015

2. O golpe civil-militar

Ainda serão necessários muitos estudos para seguir aprofundando as causas que levaram ao golpe civil-militar de 1964, e, sobretudo, para compreender a longa duração do regime autoritário-militar, contudo, existem hoje poucas dúvidas a respeito da existência de diferentes articulações golpistas, militares e civis, dirigidas a afastar a João Goulart da Presidência, especialmente após ser aprovado, no plebiscito realizado em janeiro de 1963, o retorno ao sistema presidencialista. Articulações que foram sendo alimentadas, pelo menos desde a década de 1950 até 1964, nos levantes militares, sempre apoiados por setores civis, contra os presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Os preparativos golpistas se aceleraram em março de 1964 em decorrência da crise político-militar provocada, entre outros muitos fatores, pelas mobilizações de sargentos e fuzileiros navais, o Comício pelas Reformas de Base (Rio de Janeiro, dia 13), a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (São Paulo, dia 19) e as propostas orientadas a modificar a Constituição.

Muitos militares justificaram sua participação no golpe de Estado argumentando a anuência do presidente João Goulart e ministros do governo federal aos atos de indisciplina de marinheiros e sargentos, mas foram atos de indisciplina, isto é, as atividades golpistas por parte de alguns membros das Forças Armadas - com ou sem o conhecimento dos seus respectivos superiores hierárquicos - os que facilitaram o levante militar.

No dia 20 de março, foi distribuída a *Instrução Reservada do General Castelo Branco* dirigida aos generais e outros membros do Estado-Maior e das Organizações Subordinadas, alertando para as ameaças oriundas das medidas anunciadas por João Goulart no comício do dia 13, que Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, considerava ilegais:

[...] o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT [Comando Geral dos Trabalhadores] [...]. A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e

a instituição de uma ditadura [...]. O CGT anuncia que vai promover a paralização do país, no quadro do esquema revolucionário (Lira Neto, 2013: 239-240).

Na madrugada da terça-feira, dia 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, Comandante da IV Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (Minas Gerais), ordenou às tropas sob seu comando se dirigir ao Rio de Janeiro para exigir a renúncia do presidente João Goulart. O movimento militar em Minas Gerais, ainda que fosse considerado prematuro por outros oficiais e civis favoráveis à destituição de João Goulart, acelerou os acontecimentos e sob o posterior comando, principalmente, dos generais Castelo Branco e Costa e Silva e dos governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, no dia 2 de abril seria formalmente liquidado o governo populista-reformista presidido por João Goulart.

Excluídos das Forças Armadas boa parte dos militares progressistas e/ou de esquerda, a disputa pelo controle dos “destinos da revolução” estabeleceu-se entre duas principais correntes que foram definidas - simplificadamente e, muitas vezes, erroneamente -, como “moderada” e “linha dura”², transformando-se Arena num espaço de disputa entre os diferentes setores das Forças Armadas.

3. A vitória dos golpistas no Pará

O tenente-coronel Jarbas Passarinho³, que se transformaria no principal articulador dos golpistas no Pará, confirma a existência de um grupo de pessoas lideradas por ele e o major Antônio José do Carmo Ramos - ambos, oficiais do Estado-Maior do Exército em Belém -, que estavam se preparando para o confronto, que, segundo eles, “parecia inevitável” com os “comunistas e simpatizantes”:

As reuniões tinham caráter clandestino para fugir da delação e da vigilância dos esquerdistas. Usávamos o saguão de uma fábrica de refrigerantes [...]. Defendíamos

o princípio de que a segurança interna não era assunto privativo das Forças Armadas, cabendo-nos o esclarecimento da opinião pública sobre a realidade do comunismo mundial, o desmascaramento das infiltrações, a identificação das organizações de fachada [...]. Nossos grupos, já então se aproximando de cem integrantes [...], eram constituídos de jovens, em geral: advogados, médicos, engenheiros, economistas, professores universitários, funcionários públicos, comerciantes (Passarinho, 1990: 93; 96-97).

Na noite do dia 30 de março, um dia antes, portanto, do levante militar em Minas Gerais, um grupo de jovens regimentados por Jarbas Passarinho tentaram impedir o ato de abertura do I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (Slardes) que seria realizado no auditório da Faculdade de Odontologia (Belém), sendo responsável pela organização do Slardes a União Internacional dos Estudantes, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Acadêmica de Estudantes do Pará (UAP).

A invasão do local deveria ter acontecido em sincronia com a ação da Polícia Militar (PM), cuja incumbência seria agredir e prender aqueles que não tivessem lenços brancos amarrados no pescoço. Por alguma feliz razão, as pessoas com lenços brancos invadiram o auditório antes do combinado com oficiais da PM. Para participar do Slardes chegaram a Belém, além de estudantes paraenses e de outros estados do país, estudantes argentinos, bolivianos, colombianos, guianenses, venezuelanos e peruanos.

No dia 31 de março de 1964, o governador do Pará, Aurélio do Carmo, e o prefeito de Belém, Moura Carvalho, encontravam-se no Rio de Janeiro participando da Convenção Nacional do Partido Social Democrático (PSD). Na tarde desse mesmo dia o governador manifestou a sua oposição ao movimento militar de Minas Gerais, sendo reproduzidas as suas palavras na edição do dia 1º de abril do jornal *O Libera*⁴: “Forças Armadas e o povo brasileiro não permitirão que a democracia seja aviltada e que a mudança de regime seja concretizada por desejo de uma minoria insignificante”, não acreditando “no êxito

de qualquer tentativa de solução extralegal para os problemas brasileiros” e julgava indispensável que se fizessem “as reformas de base, reclamadas pelo país”⁵.

Às 21 horas da noite do dia 31, o general Orlando Ramagem, Chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), reuniu-se, no Quartel-General do CMA em Belém, com as principais autoridades militares, Armando Serra de Menezes (Comandante da 1ª Zona Aérea) e Boris Markense (Sub-Comandante do 4º Distrito Naval). Jarbas Passarinho sugeriu a imediata ocupação de Belém e a prisão dos líderes do CGT, organização sindical liderado por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas a sua sugestão foi...

[...] julgada prematura pelo brigadeiro Serra de Menezes [...]. Encerrada a reunião, o comandante da Polícia Militar, coronel Iran, tentou colocar em execução o nosso plano de ação [...], mas o vice-governador [...] negou cobertura à ação da Polícia Militar” (Passarinho, 1996: 179).

Até as primeiras horas da tarde do dia 1º de abril, Ramagem continuava, ainda, muito reticente em apoiar o golpe de Estado, mas a partir da sua conversa, por radioamador, com o Quartel-General do II Exército, concretamente com o major Vinícius Kruehl, sobrinho do general Amaury Kruehl, por volta das 15 horas do dia 1º de abril, o general Ramagem aderiu ao golpe⁶.

No dia 1º de abril a maioria dos membros das Forças Armadas e boa parte governadores tinham aderido ao golpe de Estado. O vice-governador do Pará, Newton Miranda, alegando que estava esperando a definição do governador, continuava relutando em apoiar publicamente aos golpistas como fora sugerido pelo Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia.

Após o governador Aurélio do Carmo, junto com a maioria das lideranças nacionais do PSD optassem por apoiar o afastamento de Goulart, Newton Miranda aceitou que o seu nome fosse incluído entre os signatários do *Manifesto ao Povo do Pará*, que foi subscrito também pelo general Orlando Gomes Ramagem, o brigadeiro Armando de Menezes e o comandante Boris Markense. Nos

primeiros parágrafos do manifesto, cuja redação foi encomendada pelo general Ramagem a Jarbas Passarinho, lia-se:

Não poderiam os paraenses, pelo seu governador, e os militares, por seus chefes legítimos, retardar por mais tempo a sua completa adesão ao abençoado movimento, que eclodiu no generoso solo de Minas Gerais [...], que logo se irradiou por todo o território pátrio. Tão pronto alguns problemas locais foram satisfatoriamente solucionados, como recomendava a virtude da prudência e o desejo do não-derramamento de sangue dos amazônidas, Governo e Comandantes Militares, em íntima comunhão de pensamento, ligados pelo mesmo amor ao Brasil, e igualmente repudiando o comunismo ateu e tirânico, fazem saber à Nação brasileira a sua firme e inabalável determinação de formarem ao lado das forças que se batem pela restauração do princípio da autoridade e pelos fundamentos da própria organização militar, que são a disciplina e a hierarquia, tão vilmente vilipendiados e enxovalhados pela mais despuddorada demagogia e pela deplorável ausência de espírito público⁷.

4. Tentando resistir

Com o intuito de se opor ao levante militar, lideranças do CGT e da União Acadêmica Paraense (UAP) tentaram organizar os trabalhadores e estudantes de Belém e de outros municípios paraenses. Com essa finalidade o CGT e a UAP divulgaram sendas notas de repúdio e chamadas à mobilização. Às primeiras horas da manhã do dia 1º de abril, a polícia dispersou uma manifestação de “um numeroso grupo de estivadores no centro da cidade”⁸, entretanto, integrantes dos sindicatos dos petroleiros, marítimos, bancários, rodoviários, telegráficos entre outros se mantinham em estado permanente de vigília ou alerta. Durante a tarde e noite desse mesmo dia, as sedes dos sindicatos dos petroleiros e dos bancários foram ocupadas por oficiais e soldados do Exército e por fuzileiros

navais a sede do sindicato dos estivadores.

Ao serem suspensas as aulas pelas autoridades militares, muitos estudantes universitários e secundaristas se concentraram, no dia 1º de abril, na sede da UAP acompanhando a *Vigília Cívica pela Democracia* convocada pela organização. Lá, por meio de um alto-falante, irradiavam hinos patrióticos, canções libertárias e notícias das rádios legalistas, sobretudo do Rio Grande do Sul, estado no qual Leonel Brizola, como fizera em 1961, tentava organizar a defesa da legalidade e a permanência de João Goulart na Presidência da República. À noite, apesar das reticências do general Orlando Ramagem, a sede da UAP foi invadida por ordem de Jarbas Passarinho.

Todas as lideranças do movimento estudantil de Belém que publicaram seus textos no livro *1964 - Relatos Subversivos* (Nunes, 2004), afirmam que o ataque à sede da UAP foi o principal ato simbólico da vitória dos golpistas e um dos momentos mais traumático das suas vidas e da história do movimento estudantil paraense. O processo ditatorial parecia que não tinha mais volta. Segundo o então estudante Ruy Antonio Barata⁹:

Como o golpe praticamente consumado, os vitoriosos de Belém agora podiam sair da toca e exibir bravura. Colocando as tropas nas ruas iriam a exterminar, de uma vez por todas, os terroristas que enxergavam até na hora de dormir. Saíram à cata do paiol de munições dos comunistas e não encontraram nem revólver de brinquedo, pois não havia. Em compensação, a operação de cerco e invasão da UAP no início daquela noite, seria pura glória revolucionária (Barata, 2004: 282).

Cerca de 300 pessoas foram presas no Pará nos meses de abril a junho de 1964. A maioria eram lideranças sindicais, militantes do PCB e da Ação Popular (AP) e estudantes universitários. No dia 14 de abril foi detido Henrique Felipe Santiago, ex-deputado estadual do PCB que teve seu mandato cassado em 1948¹⁰:

O deputado estadual Benedicto Monteiro¹¹ foi detido, no município de Alenquer, no dia 15 de abril. Um dia antes, o seu mandato foi cassado pela Assembleia Legislativa “por unanimidade de trinta

e quatro votos, em uma reunião especialmente convocada para esse fim”¹². Raimundo Jinkings, presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá e presidente regional do CGT, foi preso, em Belém, no dia 29 de abril¹³.

Benedito Pereira Serra, presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), detido, no município de Castanhal, no dia 10 de abril, morreu no Hospital Militar de Belém no dia 16 de maio de 1964, sendo registrada como causa de seu falecimento hepatite aguda. Em seu depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade realizada, em Belém, no dia 29 de setembro de 2012, o médico Alfredo Oliveira - militante do PCB de 1957 a 2004 - afirmou:

O Benedito Serra ele foi preso aqui no Quartel da Polícia Militar e lá ele apareceu com hepatite [...]. Pode não ter contraído lá, ou pode também. Mas ele não foi assistido. Aí que está o problema. Só resolveram fazer alguma coisa por ele quando já estava em coma, tanto que ele foi transferido da prisão para o Hospital Militar já em coma para falecer.

A maioria dos presos políticos encarcerados no Pará foram postos em liberdade a finais de junho de 1964. O presidente do Sindicato dos Petroleiros, Carlos Sá Pereira, preso na noite do dia 1º de abril, e Benedito Monteiro, permaneceram encarcerados até finais de 1964.

5. Jornais de Belém estimulando e apoiando aos golpistas

Notável atuação contra as reformas democrático-progressistas, contra os comunistas e estímulo aos golpistas, tiveram a maioria dos jornais e rádios do Pará antes, durante e após o golpe de Estado. *A Província do Pará*¹⁴ e *a Folha do Norte*¹⁵ foram os jornais que mais se destacaram nessa empreitada, sobretudo durante o segundo semestre de 1963 e primeiro trimestre de 1964. Através dos seus artigos e informações, esses jornais tentavam

mostrar os riscos para o país do “ideário marxista”, a “cubanização”, a “ameaça vermelha”, o crescimento da influência dos comunistas nos sindicatos e instituições políticas, orientando também as suas armas - palavras e imagens - contra os “brizolistas” e “janguistas”.

Como era de esperar, *A Província do Pará* forneceu entusiástico apoio ao levante militar do dia 31 de março. *A Folha do Norte* manteve até 1º de abril uma linha informativa que poderíamos definir de neutral, publicando nas suas páginas informações e comentários favoráveis à ação dos militares em Minas Gerais e do governador mineiro Magalhães Pinto, mas também publicou a “Nota do Governo Federal contra os Golpistas” e o chamado da CGT e da União Nacional dos Estudantes (UNE) à “greve geral em todo o País em repúdio ao movimento de Minas Gerais e em solidariedade ao presidente da República”. Mas na edição do dia 2 de abril, *a Folha do Norte* já se manifestou em favor da destituição de João Goulart.

O jornal *O Liberal*, esperando a definição política das lideranças nacionais e locais do PSD, manteve nas suas edições dos dias primeiro e dois de abril certa ambiguidade informativa, mas, um dia depois, acabaram-se as dubiedades.

A residência do senador Juscelino Kubitschek foi o quartel general dos líderes do PSD que acompanhavam, em todos os seus detalhes, o desenrolar dos acontecimentos no país. Ali estavam Aurélio do Carmo e Moura Carvalho, com suas posições definidas na luta contra a tentativa de implementar-se no Brasil a ideologia vermelha¹⁶.

Também no dia 3 de abril *O Liberal* divulgava a Mensagem ao Povo Paraense do prefeito de Belém e presidente do PSD no Pará, Moura Carvalho:

No momento em que a Nação retoma a plenitude de seu regime democrático como resultado de esforço patriótico das nossas Forças Armadas, o que representou a aspiração de todo o povo brasileiro, desejo, na qualidade de militar e com a responsabilidade de uma liderança partidária, proclamar a incontida vibração de que me acho possuído por esse acontecimento histórico

que significa o esmagamento definitivo da traição e dos inimigos da Pátria [...]. Desde os primeiros instantes da crise coloquei-me ao lado daqueles que desejavam devolver a tranquilidade e a paz ao nosso povo, dentro dos postulados constitucionais que fixaram como a base da organização das Forças Armadas, o princípio das disciplinas e da hierarquia¹⁷.

O *Jornal do Dia* foi o único jornal de Belém que não deu a sua anuência ao golpe civil-militar. Segundo os jornalistas Donato Souza e o Álvaro Martins, que trabalhavam, em 1964, nesse jornal, uma vez concluída a edição a ser impressa, o secretário da redação se dirigia, todos os dias, até o QG do Exército, na Praça da Bandeira, para ser revisado e, se pertinente, censurado, pelo Chefe do Estado-Maior, o coronel Décio: “Não havia como escapar, como deixar passar alguma coisa. E durante o dia, sempre havia telefonemas, ou do Exército ou da Polícia Federal, determinando não se noticiar nada sobre determinados fatos” (Barros, 2004).

6. Igreja Católica: anticomunistas e progressistas em 1964

O arcebispo de Belém, dom Alberto Gaudêncio Ramos, uma das principais lideranças morais e intelectuais dos conservadores paraenses, além de mostrar seu apoio irrestrito ao golpe de Estado, destacou-se pelo seu empenho em tentar evitar a “infiltração comunista” nas instituições da Igreja Católica, sobretudo entre os jovens que participavam das atividades da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), entidades que se transformariam na base principal para o crescimento da AP.

Segundo alguns depoimentos de católicos progressistas, Dom Alberto Ramos facilitou a detenção de padres e leigos que atuavam na Ação Católica, no Movimento de Educação de Base (MEB), na Frente Agrária, sobretudo os que participavam da JUC e militavam na AP; ou, segundo outras

opiniões menos críticas, não “moveu uma palha” em favor dos membros do clero e outros católicos presos ou perseguidos (Coimbra, 2003; Nunes, 2004).

Não podemos esquecer que na “luta contra o comunismo e seus aliados”, o discurso religioso-católico era incorporado, ao repudiar o *comunismo ateu e tirânico*, por diferentes setores da sociedade civil e das Forças Armadas para justificar a necessidade de perseguir e afastar aos populistas radicais e militantes dos partidos de esquerda (legais e ilegais) das instituições estatais (executivo, legislativo e judiciário). Exemplos paradigmáticos, a esse respeito, foram as *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* realizadas, por todo o país, antes e depois do dia 31 de março de 1964 e as missas em Ação de Graças às Forças Armadas e à posse de Castelo Branco na Presidência da República. O arcebispo Alberto Ramos liderou a convocatória da Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em Belém e em outros municípios paraenses a partir do dia 20 de abril de 1964.

Contudo, nem todos os membros da Igreja Católica no Pará compartilharam a atuação dos setores conservadores da Igreja em 1964. Por exemplo, os padres Aluísio Neno, Diomar Lopes e Moisés Lindoso, que apoiavam ou lideravam as atividades da Pastoral Operária e do MEB e colaboravam com os jovens católicos da JEC e da JUC, deram cobertura, na *Casa dos Padres* - residência de seminaristas em Belém -, a alguns estudantes que participaram do Slardes, evitando, assim, que fossem presos (Coimbra, 2003: 115-116).

7. Os militares assumem o governo estadual e a Prefeitura de Belém

Desde o mês de abril até o dia 15 de junho de 1964, acusadas de corrupção, atividades comunistas e/u colaboração com os subversivos, 441 pessoas tiveram suspensos seus direitos políticos e/ou cassados os seus mandatos, entre as quais, três ex-presidentes (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros

e João Goulart), seis governadores, 55 membros do Congresso Nacional (Skidmore, 1988:60-62), deputados estaduais, prefeitos, oficiais militares, sindicalistas, militantes dos partidos de esquerda e funcionários públicos.

No dia 9 de junho de 1964, acusados de favorecer atividades subversivas, suborno, corrupção e malversação de fundos públicos, clientelismo e recebimento de vultosas quantias derivadas do jogo do bicho, o governador e vice-governador do Pará, Aurélio do Carmo e Newton Miranda, e o prefeito de Belém, Moura Carvalho, e o vice-prefeito, Isaac Soares, teriam cassados seus respectivos mandatos. Também tiveram seus mandatos cassados e suspensos seus direitos políticos, Alberto Nunes (PTB), vereador de Belém; Agenor Moreira (PDS), prefeito de Cametá; e os deputados estaduais Amílcar Moreira (PDS), José Manuel Reis Ferreira (PDS) e Nagib Mutran (UDN); e, por estritas motivações políticas, Raimundo Jinkings, dirigente do PCB e suplente de vereador em Belém pelo PSB.

As declarações de Aurélio do Carmo em favor da “Revolução” durante e após o dia 1º de abril, a sua presença, em Brasília, na posse do presidente Castelo Branco, nem tampouco a cooperação da Polícia Militar e Civil estadual na “caçada aos comunistas”, levaram aos militares golpistas a esquecer a sua viagem oficial à União Soviética, o apoio do PSD paraense às denominadas Reformas de Base e às mudanças no sistema partidário e eleitoral. Na entrevista concedida ao jornal *A Província do Pará*, publicada no dia 5 março de 1964, ao ser perguntado sobre a legalização do PCB, Aurélio do Carmo declarou “ser favorável, sob a justificativa de que, no regime democrático, todas as associações políticas devem ter seus direitos garantidos”. A respeito da reforma agrária, ele afirmou que “toda reforma que vier em benefício do povo, receberá sua opinião favorável”. Em depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade, realizada em Belém no dia 29 de setembro de 2012, Aurélio do Carmo fez a seguinte declaração:

Senhores membros da Comissão da Verdade [...]. Eu assumi o poder, o governo do estado, eleito com 38 anos, assumi o dia que fazia 39 anos de idade [...]. De repente - meu período era de cinco anos - eu fui apeado do poder pelo regime militar. Me recusei a depor às

autoridades militares que foram ao Palácio de Governo, decretei luto oficial do Estado, até que desci aquelas escadarias para voltar a minha vida privada. Foram os piores dias da minha vida [...]. Cheio de sonhos, e de repente, eu que fui eleito por uma maioria absoluta do eleitorado do nosso estado, eu perdi em apenas em um município [...]. Nada se justificava que me tirassem do governo. Aí eu comecei a analisar porque seria. Na minha campanha política eu estive com Luiz Carlos Prestes e ele me apoiou. Estive na União Soviética e na Checoslováquia... Esses fatos todos, eu os reuni. Tinha no meu Secretariado um membro do Partido Comunista, Benedicto Monteiro. Acredito que essa somatória de fatos, depois justificada por eles por outros aspectos, foram os que me tiraram do poder (Carmo, 2012).

No dia 10 de junho de 1964, os vereadores de Belém elegeram, por unanimidade, o major Alacid Nunes¹⁸ como prefeito, e o advogado e vereador, Irawaldir Rocha, vice-prefeito: “Em solenidade prestigiada pela presença de altas autoridades civis, militares e eclesiais, levada a efeito na sede do Legislativo da Cidade”¹⁹. Até junho de 1964, Alacid Nunes foi o comandante do Quartel General da 8ª Região Militar, e segundo entrevista publicada no jornal *O Liberal* em maio de 2014, ele “sabia de tudo que iria acontecer, mas não estava envolvido diretamente”²⁰. Envolvido ou não nas articulações golpistas coube a Alacid Nunes presidir o Inquérito Policial Militar no Pará.

Quando a revolução foi implantada, eu estava exatamente servindo no Quartel General e fui encarregado de presidir o inquérito para apurar a corrupção e a subversão no Pará [...]. Presidindo esse inquérito, tive de fato um trabalho muito grande [...], na verdade, consegui até prender muita gente²¹.

O general Jurandir Bizarria Mamede exerceu um papel preponderante na escolha de Alacid Nunes como novo prefeito de Belém. Segundo o próprio Alacid Nunes:

Bizarria Mamede [...] foi designado para comandar a 8ª Região Militar. Quando o general assumiu o comando ele

imediatamente mandou me chamar [...], e me disse o seguinte: “Eu gostaria de almoçar hoje com você, onde nós vamos almoçar?”. Eu: “Nós vamos almoçar no Clube Militar”, que na época eu presidia [...]. Este almoço com o General Mamede terminou por volta das 5 horas da tarde, ele procurando se inteirar da realidade do Pará com relação à Revolução [...]. Bem, no dia seguinte de manhã, o general Mamede manda me chamar e me diz o seguinte: “Você vai ser eleito prefeito hoje à noite”. Eu disse: “General, o senhor está me convidando ou o senhor está dando ordem? Porque se for convite, eu não aceito, mas se for ordem, eu cumpro”. Ele disse: “É missão da Revolução” [...]. Fiz a minha continência e obedeci o que ele determinou²².

No dia 12 de abril, a Assembleia Legislativa elegeu, também por unanimidade, como novo governador do Pará o tenente-coronel Jarbas Passarinho e, para vice-governador, ao médico Agostinho Monteiro, ex-deputado estadual e federal eleito em 1946 pela legenda da União Democrática Nacional (UDN).

8. Das eleições de outubro de 1965 à imposição do bipartidarismo

Em 1965, os partidários da “Revolução” escolheram ao prefeito Alacid Nunes como o seu candidato a governador do Pará. Para tanto, Alacid filiou-se à UDN, e o PTB, cujos deputados estaduais colaboravam com o governo de Jarbas Passarinho, indicou a Renato Franco como candidato a vice-governador. Alacid, com o apoio do governador e da coligação de partidos integrada pela UDN, o PTB, o PDC e o PR, venceu o pleito eleitoral sem muitas dificuldades somando um total de 163.527 votos, contra 67.166 obtidos por Zacarias de Assumpção.

Num primeiro momento, diferentemente das ditaduras militares estabelecidas, nos anos 1970, no Chile, Uruguai e Argentina, a cúpula das Forças Armadas manteve inalterado o sistema eleitoral e partidário surgido no Brasil após a extinção

do Estado Novo. Contudo, poucos dias depois da vitória dos candidatos do PSD aos governos estaduais de Minas Gerais e Guanabara, através do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, todos os partidos foram declarados extintos. Um mês depois, com o intuito de fornecer certa aparência democrática ao regime militar, através do Ato Complementar nº 4, foi instaurado o sistema bipartidarista, outorgando ao partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) o papel de aliado do regime e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o de “oposição”.

Através das medidas de exceção, sustentadas “legalmente” pelos Atos Institucionais e Complementares assinados pelos presidentes militares, foram sendo cassados os direitos políticos da maioria dos candidatos civis e militares que tivessem chances de liderar um amplo movimento de oposição político e/ou eleitoral, especialmente como candidatos à Presidência da República e/ou governadores. Primeiramente, como vimos, foram cassados os mandatos e direitos políticos do presidente João Goulart (abril de 1964) e ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros (junho de 1964). Depois chegou o turno aos ex-governadores de São Paulo, Adhemar de Barros (1966), e Rio de Janeiro, Carlos Lacerda (1968).

Ao ser instituído o bipartidarismo, a antiga rivalidade no Pará entre o PSD e os partidos que integravam a Coligação Democrática Paraense foi transferida à disputa entre uma ARENA, “forte, vitoriosa e em expansão” e um MDB, “fraco e pessimista” (Tupiassu, 1968: 38). Na ARENA, ingressou a maioria dos membros dos partidos que apoiaram a candidatura de Alacid Nunes e muitas das lideranças do PSD dos municípios do interior. A maioria dos membros do PSD de Belém filiou-se ao MDB.

Nas eleições de 1966, Jarbas Passarinho (ARENA) foi eleito senador. A ARENA elegeu oito dos dez deputados federais e 33 dos 41 deputados estaduais. Assim, como acertadamente ponderou o cientista político Amílcar Tupiassu, na segunda metade da década de 1960, a vida política no Pará mais parecia ser decorrente de um sistema de partido único que de um sistema bipartidarista (Tupiassu, 1968: 62).

A hegemonia político-eleitoral que exerceu ARENA

no Pará influenciou para que boa parte das disputas políticas tivessem seus desdobramentos no seio do partido governista, sobretudo nas disputas entre as duas mais importantes lideranças políticas no estado, Jarbas Passarinho e Alacid Nunes e seus respectivos aliados civis e militares. Entretanto, Passarinho ampliava a sua influência política no cenário nacional, quase sempre vinculado ao setor “linha dura”, mas não exclusivamente, Alacid, continuava mais afinado com o setor “moderado”. Após assumirem três civis membros da ARENA o cargo de governador no Pará nos anos 1970, Alacid Nunes, com o apoio explícito do presidente Ernesto Geisel e do seu principal padrinho político na cúpula das Forças Armadas, o marechal Cordeiro de Farias, reassumiu o cargo de governador em 1979²³.

No Pará, a ARENA, apesar das suas divisões internas, só começou a se sentir ameaçada eleitoralmente pelo MDB em 1978, quando os candidatos desse partido ao Senado, à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa obtiveram a maioria de votos nos então dois principais municípios, Belém e Santarém. No entanto, mais uma vez na história eleitoral paraense, a maior parte dos votos dos municípios do interior foi destinada aos candidatos do “partido no poder” e a ARENA elegeu a maioria dos deputados federais e estaduais.

Embora parte dos membros das Forças Armadas não tivesse muita simpatia pelas tradicionais formas de dominação oligárquica, a necessidade de legitimidade política e crescimento da votação dada aos candidatos do MDB nos centros urbanos e nas regiões mais industrializadas do país fizeram com que a ARENA fosse se tornando um partido rural de “velhos” e “novos” coronéis e fossem incentivadas e/ou recuperadas as práticas clientelísticas e as “trocas de favores”.

9. Fim do bipartidarismo – Eleições de 1982

Após a extinção do AI-5 (1978), a anistia (1979), o fim do bipartidarismo e posterior legalização de novos partidos (PDS, PMDB, PTB, PDT e PT, em fins de

1981, o governo federal apresentou ao Congresso Nacional o que seria conhecido como o Pacote de Novembro, destinado a modificar alguns artigos da lei eleitoral. Aprovadas as modificações em janeiro de 1982, as que maior influência exerceram na estratégia eleitoral dos partidos políticos foram a proibição de coligações eleitorais e a introdução do voto vinculado em todos os níveis: isto é, os eleitores ficaram impedidos de votar em candidatos de partidos diferentes (por exemplo, para governador, prefeito e deputado), sob pena de terem o seu voto anulado.

Algumas dessas mudanças acabaram por favorecer também ao PMDB debilitando assim os objetivos da cúpula militar de extinguir o bipartidarismo. O PMDB também se beneficiou do voto vinculado ao contar, comparativamente aos outros partidos da oposição, com maior número de filiados, diretórios e candidatos. Esses fatores resultaram na campanha pelo voto útil no PMDB, como forma de derrotar o PDS. Em suma, as eleições voltavam a se polarizar, dessa vez entre os partidos surgidos da ARENA e do MDB.

Outros dois fatores tiveram grande importância na campanha e nos resultados eleitorais de 1982: a situação da economia nacional e as incertezas que ainda pairavam quanto à continuidade do processo de transição à democracia, traduzidas na possibilidade de que a cúpula das Forças Armadas, especialmente os setores de “linha dura”, não aceitasse um resultado eleitoral favorável aos partidos da oposição. Recordemos que com a manutenção da eleição indireta do presidente da República, os resultados eleitorais iriam definir também a composição do Colégio Eleitoral, que escolheria o sucessor do general Figueiredo.

O candidato a governador do Pará escolhido pelo PDS foi o empresário Oziel Carneiro que tinha como seu principal cabo eleitoral a Jarbas Passarinho que pleiteava a sua reeleição ao Senado. O candidato do PMDB, o deputado federal Jader Barbalho, seria eleito governador graças ao apoio do então governador Alacid Nunes (PTB), setores do empresariado, comerciantes e classes médias e a grande maioria dos progressistas e militantes das organizações de esquerda do Pará. O PMDB também elegeu senador a Hélio Gueiros e obteve a maioria dos deputados federais e estaduais em disputa no Pará.

Desde as eleições de 1986 até as realizadas em 2012, pode-se constatar, comparativamente a outros períodos da história republicana, uma crescente diminuição da participação de membros das Forças Armadas no cenário político e eleitoral nacional. No Pará, por exemplo, ainda que ex-governadores Jarbas Passarinho e Alacid Nunes continuassem bastante ativos no cenário político e eleitoral após o fim da ditadura militar nunca recuperaram a influência política que exerceram nos anos anteriores.

10. Para concluir

Ao fim do regime autoritário-militar (1985) muitas das metas geopolíticas e socioeconômicas definidas pelos governos militares para a Amazônia, sustentadas em ideários geopolíticos e nacional-desenvolvimentistas, tinham sido alcançadas e não foram significativamente modificadas nas três décadas posteriores, sendo as principais atividades econômicas as destinadas a abastecer de matérias-primas a outras regiões do país e ao mercado internacional.

Embora tenham sido elaborados planos de desenvolvimento econômico a serem implementados na Amazônia e alguns deles, postos em prática antes de abril de 1964, foi a partir de setembro de 1966, com a criação do Banco da Amazônia S/A (BASA) e da Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam), que se intensificaram as ações do governo federal na Amazônia Legal²⁴, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, dando-se prioridade ao incremento da concentração fundiária na região e, sobretudo, aos investimentos destinados a criar a infraestrutura que demandavam os projetos mineiro-metalúrgicos e energéticos.

O Pará é o estado brasileiro onde se localizam as maiores jazidas de minério de ferro, bauxita e cobre descobertas ou já em atividade no país. Não foi por acaso, portanto, que fosse no Pará onde se instalaram os principais grandes projetos mineiro-metalúrgicos e hidrelétricos da Amazônia Legal, especialmente os destinados a viabilizar a extração

e transporte das riquezas mineiras descobertas na Serra dos Carajás, considerada a maior “Província Mineradora do Mundo”.

A partir de 1974, o governo federal, após abandonar os projetos de colonização na Transamazônica iniciados em 1971, optou por dar prioridade na Amazônia Legal à concentração fundiária, tendo nos incentivos fiscais o principal instrumento para que grandes proprietários de terra e/ou empresas agroindustriais adquirissem, sem ter necessidade de fazer quase nenhum investimento de capital, grandes extensões de terra. Um dos principais problemas sociais e políticos provocados pela expansão do latifúndio foi o incremento dos conflitos por terras. Se até finais dos anos de 1970, a maioria dos conflitos agrários no Brasil se concentrava nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, desde inícios de 1980 até hoje, a maioria dos conflitos ocorreu na Amazônia Legal, sobretudo no Pará.

Em apoio aos trabalhadores rurais no Pará destacaram-se os setores progressistas da Igreja Católica, especialmente através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) criada em Belém, em 1977, sendo a primeira entidade de defesa dos direitos humanos constituída legalmente no Brasil. O jornal *Resistência*, editado desde 1977 pela SDDH, se converteria no principal canal de informação sobre as lutas sociais e políticas no Pará até finais dos anos 1980. Em junho de 1978, por iniciativa da SDDH e setores progressistas da Igreja Católica foi criado o Comitê Paraense pela Anistia com o intuito de exigir a concessão de anistia aos presos e exilados políticos.

A maioria das organizações e partidos de esquerda que se envolveram na luta armada contra a ditadura militar centrou suas ações nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Por mais que algumas delas tivessem tentado estruturar frentes guerrilheiras em áreas rurais, somente o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) concentrou esforços na preparação da luta armada no campo. A área escolhida pelo PCdoB foi a margem esquerda do rio Araguaia, sudeste do Estado do Pará. A presença de aproximadamente setenta guerrilheiros foi detectada pelos serviços de informação militar em 1972. No início de 1975, depois de fazer frente a três campanhas militares do

Exército, o foco guerrilheiro foi liquidado ao serem mortos em combate ou brutalmente assassinados, após serem feridos, presos e torturados, a maioria dos guerrilheiros.

Muitas das lideranças político-partidárias que apoiaram os golpistas e a escolha de Castelo Branco para a presidência da República, não esperavam que os militares permanecessem no poder por tanto tempo. Tampouco imaginavam essa eventualidade a maioria dos membros das Forças Armadas e, sobretudo, os opositores à ditadura reformista-populistas e parte das organizações e partidos de esquerda, contudo, o processo de transição da ditadura militar à democracia, iniciado durante o mandato na presidência da República do general Ernesto Geisel (1974 - 1979), excessivamente lento e contraditório, apenas quando José Sarney, ex-governador do Maranhão pela ARENA e ex-presidente do PDS, assumiu o mandato de presidente da República e foi aprovada, em 1988, a nova Constituição e realizadas, um ano depois, as eleições para escolher o presidente do país por sufrágio universal.

NOTAS

¹Entre as análises a respeito da produção historiográfica sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar no Brasil, considero imprescindível a consulta dos artigos de Carlos Fico, "Visões e controvérsias sobre o golpe militar de 64" (*Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, 2004, pp. 29-60); Lucília de Almeida Neves Delgado, "O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia" (*Tempo*, vol. 28, 2010, pp. 123-144); e Marcos Napolitano, "O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica" (*Contemporânea*, vol. 1, ano 2, 2011, pp. 209-217).

²Excelente crítica à simplificação que pressupõe a divisão das Forças Armadas entre os partidários da "linha dura" ou "moderada" é a tese de doutoramento de João Roberto Martins Filho, *O Palácio e a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura - 1964-1969* (Unicamp: 1993).

³Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu no dia 11 de janeiro de 1920, em Xapuri (Acre). Ingressou na Escola de Cadetes em 1939. Governador do Pará desde junho de 1964 até janeiro de 1966. Foi ministro de Trabalho e Previdência Social (Governo Costa e Silva), de Educação (Governo Médici), da Previdência e Assistência Social (Governo João Figueiredo) e de Justiça (Governo Collor).

⁴O *Liberal* começou a circular em 1946, fundado por iniciativa de Magalhães Barata interventor do Pará (1930 - 1935 e 1943 - 1945) e governador (1956 - 1959).

⁵O *Liberal* "Aurélio no Rio de Janeiro fala ao Liberal". Belém, 02/04/1964.

⁶O general Amaury Krueel, comandante do II Exército (São Paulo - Mato Grosso), considerado um dos homens de confiança do esquema militar de João Goulart, exigiu do presidente rompesse com o CGT (leia-se, os comunistas) e que fossem excluídos do governo os ministros Abelardo Jurema (Justiça) e Darcy Ribeiro (Chefe da Casa Civil). Na noite do dia 31 de março, ao não aceitar Goulart essas exigências Amaury Krueel optou por colaborar com os golpistas.

⁷Folha do Norte. Belém, 02/04/1964.

⁸Folha do Norte. Belém, 03/04/1964.

⁹Ruy Antonio Barata, médico atualmente radicado em São Paulo, filho do ex-deputado federal e poeta Ruy Barata, ingressou no PCB em 1964, teve relevante atuação na recomposição do movimento estudantil paraense até 1968, quando liderou a ocupação da Faculdade de Medicina da UFPA.

¹⁰Folha do Norte. Belém, 15/04/1964.

¹¹Benedicto Monteiro, advogado, escritor e militante do PCB, foi eleito deputado estadual pela sigla do PTB em 1962.

¹²Folha do Norte. Belém, 15/04/1964.

¹³A *Província do Pará*, "Jinkings, presidente do ex-CGT e agitador profissional, foi preso ontem em sua residência". Belém, 30/04/1964.

¹⁴O jornal *A Província do Pará*, fundado em 1867, desde 1947 fazia parte do conglomerado de jornais e emissoras de rádios da firma Diários Associados, empresa controlada pelo jornalista, empresário e político Assis Chateaubriand.

¹⁵O jornal *a Folha do Norte* iniciou sua circulação em 1896. Dirigido pelo jornalista e Paulo Maranhão, a partir de 1933 se transformou no principal jornal de oposição a Magalhães Barata e seus aliados. Adquirido pelo jornalista Rômulo Maiorana em 1973, um ano depois saiu de circulação.

¹⁶O *Liberal*, "Aurélio ao lado de JK acompanhou o desenrolar dos acontecimentos no país". Belém, 03/04/1964.

¹⁷O *Liberal*. Belém, 03/04/1964.

¹⁸Alacid da Silva Nunes nasceu em Belém no dia 25 de novembro de 1924. Capitão do Exército desde 1952, em 1961, por indicação do general Cordeiro de Farias foi destinado ao Amapá para comandar a Guarda Territorial. Após a renúncia de Jânio Quadros, retornou a Belém.

¹⁹A *Província do Pará*. "Câmara empossou ontem novos Prefeito e vice-prefeito do município". Belém 11/06/1964.

²⁰O *Liberal*. "Estrela em ascensão começa a incomodar". Belém, 25/05/2014.

²¹Entrevista a Alacid Nunes realizada, em Belém, no dia 15 de maio de 2014, por Pere Petit, Raimundo Amilson Pinheiro e Telma Saraiva.

²²*Idem*.

²³O engenheiro Fernando Guilhon desempenhou o cargo entre 1971 e 1975. Aloysio da Costa Chaves, ex-reitor da Universidade Federal do Pará e ex-juiz do Trabalho, foi governador de março de 1975 até meados de 1978 quando renunciou para disputar uma vaga no Senado, sendo substituído pelo vice-governador Clóvis Moraes Rêgo, ex-diretor do Conselho Estadual de Educação.

²⁴Fazem parte da Amazônia Legal todos os estados da Região Norte, Mato Grosso e oeste do Estado do Maranhão.

ANEXOS

Siglas usadas

Organização	Sigla
Ação Popular	AP
Aliança Renovadora Nacional	ARENA
Banco da Amazônia S/A	BASA
Comando Geral dos Trabalhadores	CGT
Comando Militar da Amazônia	CMA
Comissão Pastoral da Terra	CPT
Juventude Estudantil Católica	JEC
Juventude Universitária Católica	JUC
Movimento Democrático Brasileiro	MDB
Movimento de Educação de Base	MB
Partido Comunista Brasileiro	PCB
Partido Comunista do Brasil	PCdoB
Partido Democrático Cristão	PDC
Partido Democrático Social	PDS
Partido Democrático Trabalhista	PDT
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB
Partido da República	PR
Partido Social Democrático	PSD
Partido dos Trabalhadores	PT
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos	SDDH
União Acadêmica de Estudantes do Pará	UAP
União Democrática Nacional	UDN
União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará	ULTAP
União Nacional dos Estudantes	UNE

FONTES

CARMO, Aurélio do. *Depoimento Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade* (Belém, 29/09/2012). Recuperado de [\[http://www.youtube.com/watch?v=mPBhA7Wdn3o\]](http://www.youtube.com/watch?v=mPBhA7Wdn3o). Consultado [10/04/2014].

NUNES, Alacid. Entrevista concedida a Pere Petit, Raimundo Amilson Pinheiro e Telma Saraiva. Belém, 15 de maio de 2014.

OLIVEIRA, Alfredo. *Depoimento Audiência Pública pela Comissão Nacional da Verdade* (Belém, 29/09/2012). Recuperado de [\[http://www.youtube.com/watch?v=xECA90X4yUA\]](http://www.youtube.com/watch?v=xECA90X4yUA). Consultado [10/04/2014].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, R. A. (2004). História de raça e pirraça nas terras do Grão Pará. Em: NUNES, A. C. et. al. *1964 - Relatos Subversivos: Os estudantes e golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores. pp. 269-307.

BARROS, K. do E. S. (2004). *Página infeliz da Nossa História: A ditadura militar em Belém 1964-1968*. TCC, Faculdade de História UFPA.

COIMBRA, O. (2003). *Dom Alberto Ramos Mandou Prender Seus Padres: A Denúncia de Frei Betto Contra o Arcebispo do Pará, em 1964*. Belém: Paka-Tatu.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D. e CASTRO, C. (2014). *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª edição.

DREIFUSS, R. A. (1981). *1964 - A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes.

FICO, C. (2013). Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. *Revista Tempo e Argumento*, vol. nº 5 (10). pp. 464-483.

FICO, C. (2014). *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 3ª edição.

LIRA NETO. (2013). *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 1ª reimpressão.

MARTINS FILHO, J. R. (1993). *O Palácio e a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Tese de doutoramento em Ciência Política, Unicamp.

NAPOLITANO, M. (2014). *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto.

NUNES, A. C. et. al. (2004). *1964 - Relatos Subversivos: Os estudantes e golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores.

PASSARINHO, J. (1990). *Na Planície*. Belém: CEJUP.

PASSARINHO, J. (1996). *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 3ª edição.

PETIT, P. (1996). *A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boi Tempo.

PETIT, P. (2003). *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-64*. Belém: Paka-Tatu.

REIS, D. A. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar.

SILVA, H. (1975). *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SKIDMORE, T. (1988). *De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição.

TUPIASSU, A. (1968). As eleições paraenses de 1966. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 23-24. Belo Horizonte: UFMG.